

ARBITRAGEM NO SISTEMA CONFEA/CREA

ARBITRATION AT CONFEA/CREA'S SYSTEM

AMANDA FEIJÓ¹

SUÉLEN BONZATTO²

JOÃO PAULO FALAVINHA MARCON³

RESUMO

O presente artigo busca demonstrar o que é o instituto jurídico da Arbitragem, bem como de que forma ele tem sido utilizado para dirimir conflitos no âmbito do CONFEA/CREA, como alternativa ao Poder Judiciário Estatal tradicional.

Palavras-chave: Arbitragem; Formas Alternativas de Resolução de Conflitos; Poder Judiciário; CONFEA/CREA

ABSTRACT

The present article aims to demonstrate what the juridical institution of Arbitration is, as well as how it has been used to solve conflicts at the CONFEA/CREA'S System, as an alternative to the traditional Law System.

Keywords: Arbitration; Alternative Dispute Settlements; Law System; CONFEA/CREA'S System

1. Introdução

O presente trabalho tem, como objetivo, constituir-se na elaboração de um artigo científico que conterà elementos bibliográficos acerca da Arbitragem, notadamente no sistema CONFEA/CREA.

A importância deste artigo engloba-se na falta de bibliografia sobre Arbitragem no Sistema CONFEA/CREA, na falta de conhecimento do tema pela sociedade em geral, pela possibilidade deste contribuir com a classe profissional jurídica, bem assim a abrangida pelo referido Sistema, em face da divulgação a respeito da possibilidade da Câmara de Arbitragem no CREA, para a resolução de conflitos, da divulgação da celeridade da resolução de

¹ Graduanda em Direito pelas Faculdades OPET; membro do Núcleo de Iniciação Científica em Arbitragem, na mesma Instituição; endereço eletrônico: bahl.direito@gmail.com

² Graduanda em Direito pelas Faculdades OPET; membro do Núcleo de Iniciação Científica em Arbitragem, na mesma Instituição; endereço eletrônico: suelenbonzatto@hotmail.com

³ Advogado; Especialista em Direito e Negócios Internacionais; Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais; Professor Universitário; Coordenador do Núcleo de Iniciação Científica em Arbitragem das Faculdades OPET; endereço eletrônico: jpmarcon@gmail.com

problemas frente à arbitragem, da demonstração geral em como a sociedade é beneficiada com a ida de conflitos técnicos para este método alternativo de solução de controvérsias, da verificação de como a coletividade se sente sendo representada com a Câmara dentro do órgão de classe de Engenharia e Agronomia, de como os problemas técnicos podem ser resolvidos sem necessidade de explicações técnicas e com o árbitro ciente de normas próprias ao sistema, como resoluções, portarias entre outras.

Conforme exposto, pode-se verificar a relevante importância deste artigo em vários aspectos, sendo, deste modo, o presente, um trabalho com relevância social, jurídica e bibliográfica.

2. A Arbitragem

A Arbitragem, no Direito Brasileiro, é uma forma alternativa ao Poder Judiciário de dirimir conflitos, através da qual as partes estabelecem em contrato ou simples acordo, que vão utilizar o juízo arbitral para solucionar controvérsias existentes ao invés de buscar o Poder Judiciário. A sentença arbitral tem o mesmo efeito da convencional, sendo obrigatória entre as partes, nos termos do art. 475-N do Código de Processo Civil. Por tratar-se de uma justiça privada, desponta como alternativa célere à morosidade do sistema judicial Estatal.

As relações arbitrais estão presentes no Brasil desde muito antes do que se imagina, remetendo-se aos tempos da colonização portuguesa, quando a maioria dos conflitos solucionados pela arbitragem eram os de respeito à Legislação Comercial.

Já na Constituição Imperial de 1824, há a primeira manifestação de arbitragem em uma fonte puramente brasileira, porém, ainda institucionalizada de forma ampla e abstrata, em seu artigo 160, que cita:

Nas civeis, e nas penaes civilmente intentadas, poderão as Partes nomear Juizes Arbitros. Suas Sentenças serão executadas sem recurso, se assim o convencionarem as mesmas Partes.” Apesar de facultatividade, na época a arbitragem na pratica tinha um caráter coativo, até que pela Lei nº1.350 de 1866 foi revogada.

2.1 Arbitragem nas civilizações

A arbitragem não é novidade, na mais remota Antiguidade, a humanidade sempre buscou caminhos que não fossem morosos, burocratizados ou serpenteados de fórmulas rebuscadas, visto que os negócios exigem respostas rápidas, sob pena de, quando

solucionados já tiverem perdido seu objeto e ficarem desprovidos de eficácia, com prejuízos incalculáveis para as partes interessadas.

Presente ainda na mitologia Grega, a arbitragem, segundo Cretella Júnior (1997):

(...) o instituto da arbitragem encontra-se na mitologia grega quando Páris funciona como árbitro entre Atenas, Hera e Afrodite, em disputa pela maçã de ouro, destinada pelos deuses à mais bela.

2.2 Características

A arbitragem constitui um meio alternativo para a solução de litígios sem intervenção de um Juiz de Direito ou qualquer outro órgão estatal, não rivaliza com o Judiciário, nem contra ele atenta, pois o Poder Judiciário independente e forte constitui o esteio do Estado de Direito. Dentre as vantagens da arbitragem, pode-se dizer que, principalmente, afasta o exagerado formalismo da Justiça Estatal, processando-se com a máxima celeridade, sem ferir, obviamente, os cânones legais e a Constituição. A flexibilidade é uma constante. A formalidade representa, efetivamente, a “morte” da arbitragem.

Pode ser firmada por cláusula arbitral (também chamada de cláusula compromissória, é celebrada junto ao contrato - ou em anexo a este - mas sendo sempre independente deste) ou por compromisso arbitral (após dada a controvérsia).

Além disso, as partes escolhem o árbitro e o procedimento a ser adotado, bem como determinam o prazo para a conclusão da arbitragem. O processo é sigiloso; só as partes podem quebrar o sigilo.

Apesar disso tudo, a arbitragem ainda é praticamente desconhecida devido à deficiência legislativa. No regime legal anterior, quando os contratantes previam a arbitragem em seus contratos, esta cláusula não tinha força obrigatória, ou seja, entendia-se não haver dever de resolver as questões surgidas pelo meio dela, o que estimulava a parte inadimplente a recusar a arbitragem e ir para à justiça comum, muito mais demorada.

Nas últimas décadas, houve intenção, por parte dos legisladores, de modernização do instituto da arbitragem no ordenamento jurídico brasileiro. Tentativas foram feitas, que originaram três anteprojetos de lei, sem que nenhum tenha vingado. Até que, em 1992, o projeto de lei nº 78, foi apresentado ao Congresso Nacional pelo Vice-Presidente da República Marco Maciel e, após aprovação, com sua emenda, foi encaminhado para o autógrafa legislativo do Presidente da República, que sancionou a lei nº 9.307/96, em sessão solene no dia 23/09/1996.

Sobre questões internacionais, o Brasil, historicamente, utilizou-se muito dos mecanismos arbitrais, principalmente nos conflitos que envolviam a posse e demarcação de terras como questões de fronteira com a Argentina, em 1900, e com a Guiana Inglesa, em 1904, ou ainda, a questão do Acre, com a Bolívia em 1909. Questões marítimas com países como Grã-Bretanha, Estados Unidos e outros também foram frequentes na história, resolvidas pela arbitragem (Arbitragem no Direito Brasileiro, p. 53).

2.3 CONFEA e CREA

O CONFEA é o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, criado em 1933, como autarquia federal, através do Decreto nº 23.569. Desde 1966, este órgão passou a ser regido pela lei nº 5.194, e tem, como principal função, zelar pelos interesses sociais e humanos de toda a sociedade e, com base nisso, regulamenta e fiscaliza o exercício profissional dos que atuam nas áreas que representa, tendo, ainda, como referência, o respeito ao cidadão e à natureza. O Conselho Federal tem, como valores: a integridade, a ética, a excelência e a transparência.

Após a criação do CONFEA, este viu a necessidade de implantação de um Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, havendo, assim, a criação de regionais em diversos estados no ano de 1934, através da Resolução nº 002. Os CREAS's surgiram da necessidade de fiscalização e regulamentação local dos profissionais abrangidos pelo CONFEA.

Tendo em vista a função normativa destas autarquias e seus deveres sociais, os CREA's e o CONFEA começaram em, meados de 2000, a vislumbrar os bons resultados que se poderiam obter junto à mediação e arbitragem de conflitos entre seus profissionais associados e seus respectivos clientes, sendo que a maioria dos problemas eram complicados de serem explicados a um Magistrado para que este pudesse julgar a questão, aliás, tendo-se que, muitas vezes, fazer uso de assistentes técnicos e trazer, à discussão, leis e normativas relativas, exclusivamente, aos membros das autarquias supracitadas.

2.4 O começo da Arbitragem junto ao CREA/PR

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA/PR possui uma Câmara de Mediação e Arbitragem, a qual é aberta ao público, mas conta, especificamente, com árbitros e mediadores especializados em conflitos relacionados a obras de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. O CREA possui em suas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica - documento obrigatório para qualquer obra) uma cláusula de arbitragem que, se assinada por cliente e profissional, os vinculará à arbitragem.

O CONFEA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, criou, em 2009, uma regulamentação a ser seguida por todos os CREA's que desejem criar a sua própria Câmara de Mediação e Arbitragem. Pronunciou-se, ainda, sobre a Câmara do CREA-PR, que foi criada em 2002, funciona desde 2003, e que, além de ajudar a facilitação de resolução dos conflitos sem ter-se que recorrer à via Judiciária Estatal, a criação da Câmara deu maior credibilidade

ao Conselho perante a sociedade, que vislumbrou a preocupação deste com os problemas ocorridos decorrentes dos serviços dos profissionais vinculados a ele.

O Engenheiro Civil Daniel Lopes de Moraes, que fundou a câmara no CREA-PR, declarou em 2009, que **houve diminuição em 50% dos processos relacionados à ética profissional.**

Contudo, ambos os conselhos pedem atenção ao fato de os árbitros e mediadores não serem vinculados, por este, ao sistema CONFEA/CREA, embora, a maioria, seja profissional da área, deste modo, possuindo maior conhecimento técnico deste na hora de conduzir uma mediação ou de arbitrar um resultado.

2.5 A Câmara de Mediação e Arbitragem no Sistema CONFEA/CREA

Com Câmara própria, com mediadores e árbitros especializados, a resolução de conflitos envolvendo serviços de Engenharia, Arquitetura e/ou Agronomia são muito mais facilmente entendidos, em face de que todas as pessoas do processo de arbitragem ou mediação possuem certo conhecimento técnico a respeito das áreas que englobam os conselhos, não havendo a necessidade que se haveria, no Judiciário, de se trazer um assistente para devidamente apresentar a situação técnica ao juiz.

Focando no tema deste trabalho, que se desenvolve sobre arbitragem, esta opção é menos usada do que a mediação e, segundo árbitros dos CREA's, a divulgação de como funciona e qual é sua finalidade ainda é um empecilho para a adesão de maior quantidade de pessoas à arbitragem.

Outro problema relacionado à arbitragem, que vem sendo enfrentado por alguns profissionais do CREA, é o fato de que a legislação de arbitragem exige que haja consenso das partes quanto ao uso da arbitragem, ou que haja no contrato firmado a cláusula expressa. No entanto, muitos profissionais não adicionam, em seus contratos, a cláusula compromissória de arbitragem, porém, assinam, com seus contratantes, a cláusula compromissória constante da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) já mencionada, no modelo abaixo representado:

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante a sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná - CMA CREA-PR, localizada à Rua Dr. Zamenhof 35, Alto da Glória, Curitiba, Paraná

[telefone (41) 3350-6727], e de conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

Nestes casos, têm-se discutido, primeiramente, qual o valor destas cláusulas frente ao contrato e, após esta decisão, o prosseguimento ao Judiciário ou à Câmara de Arbitragem.

O CREA e o CONFEA indicam, aos seus profissionais, que, se desejam a arbitragem, façam a cláusula ser assinada na ART e também constar em seus contratos, como modo irrefutável da escolha pela arbitragem.

O principal fator que levou à criação das câmaras especializadas em arbitragem no CREA foram as dificuldades que eram enfrentadas pelos profissionais em explicar os procedimentos técnicos frente ao Magistrado, que não possuía nenhum conhecimento técnico da área, bem como, muitas vezes, desconhece normas próprias dos Conselhos como os códigos de ética, portarias e resoluções que obrigam aos profissionais do sistema a serem prudentes e éticos, deste modo, viu-se, na criação da câmara de arbitragem, a possibilidade de uma resolução mais fácil e eficaz dos conflitos entre profissionais e clientes frente a árbitros que possuem conhecimento técnico e científico na área, e, com isto, demonstrar à sociedade maior comprometimento, disponibilidade e apoio.

Com as normas das câmaras de arbitragem emitidas pelo CONFEA, baseadas na experiência do CREA/RS e CREA/PR, pioneiros na arbitragem frente aos conselhos regionais, teve-se base normativa eficaz com regulamentação específica de como as câmaras de arbitragens deveriam ser criadas para os CREA's que por esta se interessarem.

CREA/PR e CREA/RS declaram as experiências como sucesso, vislumbrando o fato de facilitar a resolução do conflito e dar mais confiança à sociedade em geral em face de sua atuação. Mesmo vislumbrando crescimento pequeno, pode-se considerar que a arbitragem é um instituto novo e que veio com o intuito de ficar, deste modo, não se concebe a perda desta oportunidade que começa, lentamente, a se apresentar para toda sociedade como uma opção viável e plausível, rápida e eficaz, em face de falta de divulgação.

3. Considerações Finais

Conforme abordado durante este trabalho, vislumbrou-se a situação clara de como a arbitragem tem sua aplicação necessária e útil a diversos segmentos, focando-se o sistema

CONFEA e CREA por, analiticamente, perceber-se que estes, de maneira inequívoca, usaram-se da arbitragem como forma de realizarem suas funções, dentre elas a de mostrar, à sociedade, efetivos movimentos de proteção a esta, além de perceber-se, claramente, que a arbitragem fez-se de imensa valia em face do caráter técnico dos processos usados pelos profissionais, os quais eram deveras um empecilho no Judiciário.

A arbitragem, neste âmbito, é grandemente vitoriosa, pois o CREA/PR, na criação de sua Câmara, efetivou sua necessidade com árbitros que possuem conhecimento nas áreas relacionadas tecnicamente e efetivou as normas de arbitragem sobre suas normativas, resoluções, portarias e código de ética, assim sendo uma forma concreta e subsidiária à lei para verificar-se a conduta do profissional face à controvérsia criada com seu respectivo cliente.

Pode-se, com base nos relatos de integrantes dos CREA's, verificar que, embora a arbitragem ainda não seja imensamente usada, vem ganhando espaço e força frente aos problemas enfrentados, diariamente, entre profissionais e clientes, diminuindo o número de processos éticos contra os profissionais e dando a toda sociedade a segurança de apoio deste órgão. Deve-se ressaltar que a arbitragem, como tem uma de suas características, a curta duração, tem sido muito apreciada por quem já a usou, porquanto estes declaram que a usariam novamente, caso fosse necessário.

Conforme todo o exposto, acredita-se que a arbitragem vem, pouco a pouco, conquistando seu espaço e logo estará ainda mais em evidência face à rapidez de resolução de litígios.

Referências Bibliográficas

- HOME>CONFEA, Disponível em: <http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=906>; Acesso em 16/11/2014.
- Confea cria norma sobre rede de mediação e arbitragem, Disponível em: <http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8181&sid=10>, Acesso em 16/11/2014.
- CMA, Disponível em: <http://www.crea-rs.org.br/site/index.php?p=cma>, Acesso em 16/11/2014.
- CMA – Câmara de Mediação e Arbitragem, Disponível em: <http://www.crea-pr.org.br/cma/>, Acesso em 16/11/2014.
- Legislação, Disponível em: http://normativos.confea.org.br/ementas/lista_por_ementas.asp?idTipoEmenta=5, Acesso em 16/11/2014.
- Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal, Disponível em: <http://imap.pt/artigos/informacao/aarbitragem/>, Acesso em 16/11/2014.
- Revista Progresso, 8ª Ed. p. 48; Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/00261549496ca1350de01>, Acesso em 16/11/2014.
- Da história da Arbitragem - Lei 9307/1996, Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/da-hist%C3%B3ria-da-arbitragem-lei-93071996>, Acesso em 16/11/2014.